

ARQUEOLOGIA DAS CIDADES DE BEJA

ONDE A CIDADE SE ENCONTRA COM A SUA CONSTRUÇÃO

MARIA DA CONCEIÇÃO LOPES Centro de Estudos Arqueológicos das Universidade de Coimbra e Porto, CEAUCP/Universidade de Coimbra

RESUMO Arqueologia das cidades de Beja é um projecto onde a cidade se encontra com a sua construção. A análise do processo de interacção entre os habitantes da cidade e o espaço urbano — a fabrica da cidade — na longa duração remetem-nos para uma cidade onde a recriação do espaço, apesar de nele se poderem ler as lógicas ideológicas dos poderes, se recicla, fundamentalmente, ao ritmo das necessidades de funcionamento da cidade. Desde a Idade do Ferro até aos nossos dias.

PALAVRAS-CHAVE Arqueologia urbana, paisagens urbanas, fábrica urbana, Pax Iulia, arqueogeografia

A investigação de carácter arqueológico e arqueogeográfico que desde há algum tempo vimos desenvolvendo região de Beja, no espaço que, com as reservas inerentes a uma definição baseada em informações indirectas¹ poderá ter correspondido ao território da colónia romana de Pax Iulia, proporcionou uma revisão profunda dos conhecimentos sobre a história desta região (Lopes, 2003) (fig. 1).

Concomitantemente, impôs e estimulou uma reflexão profunda sobre as ferramentas teórico-práticas que servem de suporte à investigação sobre as sociedades

do passado que, por natureza, é a razão primeira da existência da arqueologia como disciplina científica, particularmente daquelas que caracterizam a investigação em contextos urbanos activos e, por consequência, dos instrumentos legais que regulamentam a prática da arqueologia em Portugal na actualidade.² Importa, antes de mais, reconhecer que a cidade é um espaço de experiência e que “toda a experiência é simultaneamente inscrita no espaço e no tempo e que o tempo e o espaço estão ligados de forma indivisível enquanto atributos de um objecto ou organização, podendo dizer-se que o espaço se apresenta como a expressão da memória do tempo, que é tempo solidificado, em particular no duplo processo sedimentação/erosão que a arqueologia observa através das estratificações antropizadas (Fiches e Van der Leeuw, 1990, p. 505; Inglot, 1987).

Entendemos que a cidade não é uma coisa. Nem mesmo um espaço. A cidade é um corpo onde se reconhecem vários espaços — espaço sócio-político, espaço político-administrativo, espaço sócio-cultural, espaço económico, espaço de cultivo, etc. —, cada um deles com a sua escala temporal (a do tempo da sua construção) e os ritmos e percursos do seu funcionamento

1. Não existe qualquer marco delimitatório entre as *civitates* de Pax Iulia Eboracensis, Salacia, Miobriga, Myrtilis e Arucci. Presume-se, pela indicação último miliário colocado na via Eboracensis-Pax Iulia (Sillières, 1984, p. 59-62) que passaria por Nossa Senhora de Aires, em Viana do Alentejo. Trata-se de um miliário de um membro da família de Constantino e, portanto, indicador da fronteira nesse período. Este limite poderia seguir grosso modo a linha de colinas de 300-400 m que domina Viana do Alentejo e a Serra do Mendro até ao Guadiana. Na margem esquerda do Guadiana, o Rio Ardila até ao meridiano de Safara e depois a Ribeira de Murtigão, até ao início das grandes elevações da Sierra de Aroche, fechariam o território a Norte.



1. Localização das escavações.

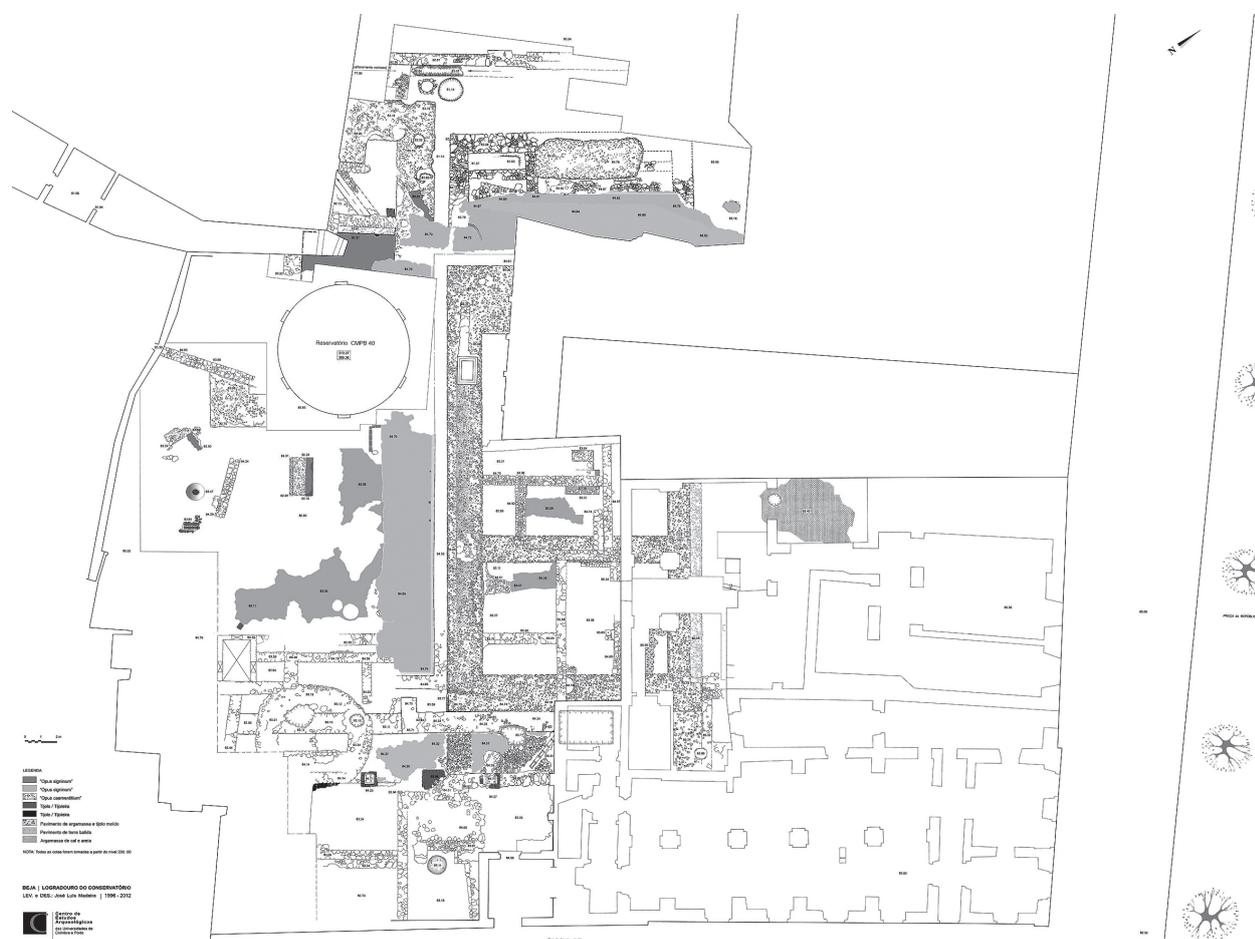
2. Sendo certo que não é esta a ocasião, nem é esta reunião científica o espaço para questionar os quadros legais que regulamentam a prática da arqueologia em Portugal, é importante que se observem os resultados científicos que dela se produzem e se debata sobre eles. A verdade é que, por pretensões estranhas à natureza científica e ao papel social que pode desempenhar, a ideia de que, arqueologia se justifica como disciplina científica pelo exercício técnico de preservar pelo registo, facto que, em nosso entender, coloca em discussão a própria definição de arqueologia e o seu préstimo em termos científicos e sociais.

que em si mesmos são o tempo e o espaço coincidos na dinâmica da sua longa duração.

A intervenção arqueológica que iniciámos no Logradouro do Conservatório Regional do Baixo Alentejo inscrevia-se no conjunto de acções que visavam dar resposta à diversidade de questões a que se pretendia responder num trabalho académico relativo à cidade romana de *Pax Iulia*.³ Tinha, até por questões de tempo, o propósito inicial bem definido de compreender o significado dos vestígios que Abel Viana viu e, em parte registou, aquando das obras de abertura de caboucos para a instalação do depósito de abastecimento de água à cidade de Beja, levadas a cabo no início da década de quarenta do século XX, na face ocidental da Praça da República nas traseiras da cadeia mandada construir por Filipe III e de deles saber ler os elementos que permitissem aceder ao conhecimento do plano urbano de *Pax Iulia*. Abel Viana determinou terem estes vestígios pertencido às “fundações de um grande templo romano” (Viana, 1947, p. 77) e a partir deles alguns autores ensaiaram a reconstituição modelar da cidade de *Pax Iulia*.⁴

3. A dissertação de doutoramento: *A Cidade Romana de Beja. Percursos e debates em torno de Pax, Iulia*, Coimbra, 2003.
4. Alarcão, 1990, p. 46-50, Mantas, 1996, p. 12-19.

À priori, estes trabalhos arqueológicos parecem entrar em contradição, por um lado com a nossa concepção de cidade e, por outro lado, com a argumentação em que se suporta o nosso entendimento de que o resgate do passado, além de comportar a aquisição e criação de conhecimento novo, deve constituir como objectivo indissociável a sua disponibilização, bem como a da sua materialidade exumada, como elementos de usufruto comunitário e como instrumentos de desenvolvimento ao serviço da comunidade. Todavia, o facto de ter sido uma área anteriormente profundamente revolvida autorizava-nos esta leitura pontual, fixada na arquitectura dos edifícios. Ao mesmo tempo, não comprometia qualquer plano estratégico de desenvolvimento de Beja vinculado com a valorização do património relativo ao passado da cidade como capital de *Conventus* em época romana mas, também, com o de épocas anteriores e o de todas as outras cidades que lhe sucederam, num diálogo profícuo com o presente, estruturado na materialidade da sua memória colectiva. Aconteceu, porém, que uma indicação imprecisa de Abel Viana deslocou os trabalhos arqueológicos cerca de 10 metros para norte da área afectada pelos aquadro da construção do reservatório de abastecimento de água à cidade.

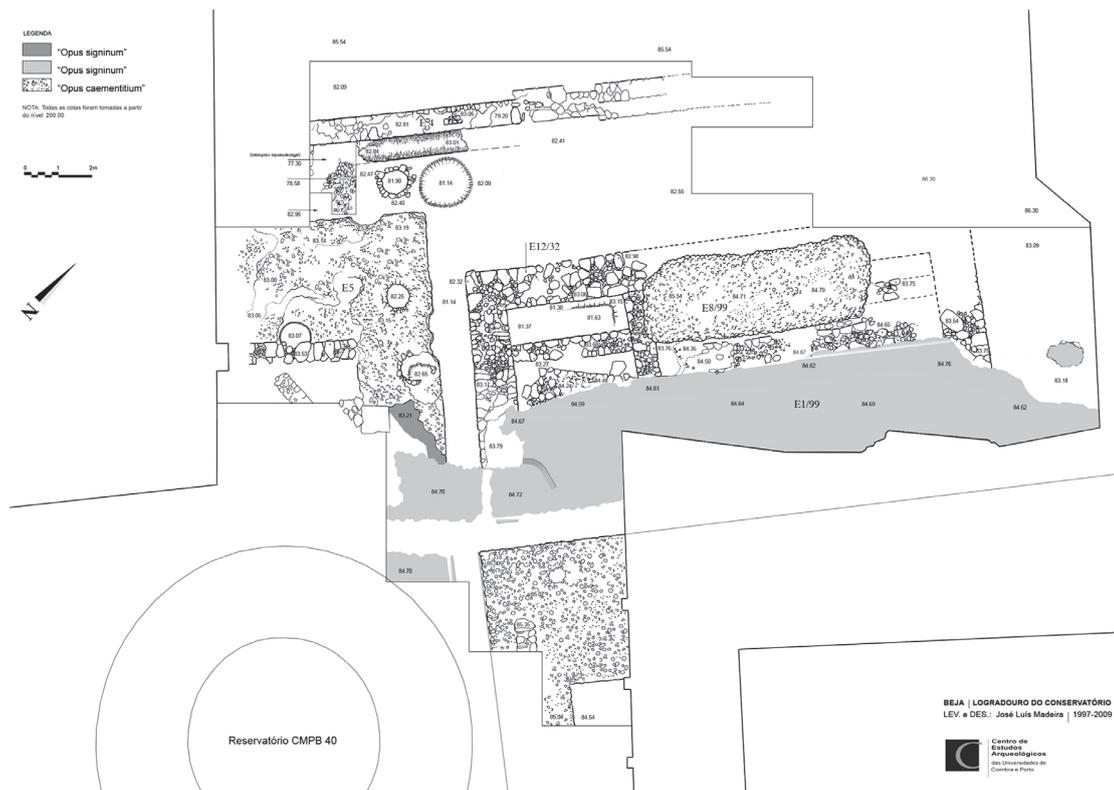


Esse facto permitiu recentrar os trabalhos em torno da ideia de que os espaços actuais são a síntese de um processo dinâmico de evolução, o qual se não compreende em abordagens que o compartimentem em fragmentos de tempo histórico ou em parcelas dos seus componentes morfológico, ecológico, social, político, económico cultural, etc.

As escavações ao revelarem sedimentos antropizados acumulados em profundidade até 7 metros, nos quais se podiam reconhecer um conjunto de edifícios, ruas, fossas cépticas e silos da idade média moderna, construções romanas que se utilizavam como estruturas funcionais adaptadas nos séculos XV/XVI e XVIII, depois de já terem feito parte dos planos urbanísticos das cidades islâmicas e medievais e de na de hoje servirem como fortes alicerces a edifícios dos séculos XIX e XX, revelaram provas concludentes de que o importante do estudo sobre a cidade era a sua construção e não o plano urbanístico de um qualquer período desgarrado (fig. 2). Nesse intrincado de construções que parcialmente se escavaram (fig. 3) e que desempenham funções distintas em tempos e sociedades, também, distintos, e, que, por servirem em tantos tempos se não podem atribuir a tempo nenhum em particular, salientavam-se edifícios romanos, de que se destacava o forte alicerce de um grande edifício (E5), conservando-se em 3, 75 metros de altura, de cronologia incerta, algures

no último quartel do século I. a.C.; um pavimento de *opus signinum* (E11/99) de 4 m de largura e visível em 11 m de comprimento, que aparentava semelhanças com o tanque presente em alguns raros templos imperiais da Hispânia, Évora, Ecija e Barcelona, por exemplo, particularmente com o que rodeava o templo principal do fórum de Évora, (Hauschild, 1991, p. 107-117) e a face norte de um edifício de c. de 15 m de largura, construído em pedra seca (E 12/32), nalguns pontos conservado ainda em c. 3 metros de altura, cujos materiais lhe apontavam uma cronologia pré-romana, sem outra indicação cronológica mais precisa. Além destes, em pior estado de conservação, paredes de casas muçulmanas e modernas, sobrepostas umas às outras e, às vezes, com paredes emprestadas uma das outras. O diagnóstico do subsolo de Beja, obtido nesta escavação, ratificava o que se havia suspeitado na escavação da Praça de Armas do Castelo, comprovando que a topografia da cidade actual, pelo menos na parte mais elevada do centro histórico, se desenha sobre uma espessa camada de sedimentos que são reserva documental preciosa sobre o seu passado, independentemente de em alguns pontos se encontrarem edifícios antigos quase à superfície

Ficou para nós bem claro que qualquer investigação sobre Beja, cujas origens se não conhecem ainda, não poderá prescindir da informação ocultada no seu subsolo.



3. Planta da escavação do Logradouro do Conservatório.

Porém, qualquer abordagem que insista em encontrar nela o plano da cidade romana ou o da cidade de qualquer outro período, está destinada ao equívoco, pois que se não legitima cientificamente retirar partes de um todo inclusivo e, por isso indiviso, que aqui é as estruturas e os sedimentos acumulados por todas as cidades que antecederam Beja, em todos os tempos antes e depois de *Pax Iulia*, incluindo o presente.

Ficou, também evidente, que haveria que encontrar uma metodologia que permitisse registar e reflectir a complexidade observada, pois que a abordagem estratigráfica que o método arqueológico nos disponibiliza se não apresentava apropriada a uma explicação coerente da relação de convivência e partilha, de transmissão e transformação que a cidade foi fazendo do seu construído, num processo de reciclagem e recriação funcional continuada, nem dos sedimentos onde estes factos se apresentam inscritos.⁵

Face à observação efectuada nestas sondagens, a continuação dos trabalhos arqueológicos surgia como um desafio científico e uma oportunidade para a cidade se

5. O modo de registo que nos oferece a Matriz de Harris, por exemplo, embora permita alguma flexibilidade, não se ajusta a outra leitura dos factos arqueológicos que não seja a sua dimensão cronológica na referência ao lado/contemporâneo, está coberto/anterior, cobre/posterior. Ora, os factos arqueológicos, sobretudo os de contextos intensa e longamente vividos, são, portadores de dimensões tais como a herança, a refuncionalização, etc. que se não exprimem em quadros de sincronia e diacronia, remetendo para dimensões espaço-temporais que não encontram acolhimento em quadros de registo como a Matriz de Harris.

apropriar do seu património enterrado e integrá-lo no percurso de vida actual como elemento de coesão e desenvolvimento.

Arqueologia das Cidades de Beja: o projeto onde a cidade se encontra com a sua construção é, depois de uma obstinada insistência, o projecto que em 2007, dez anos depois, retoma os trabalhos arqueológicos do Conservatório Regional do Baixo Alentejo, supra resumidos.⁶ Neste interregno de uma década, nos trabalhos que pontualmente desenvolvemos, fomos acertando uma metodologia que permitisse a leitura do espaço, atendendo nas heranças e nas transmissões e nos acontecimentos que as ocasionaram, as quais, em grande parte, são animadas pelos actos de construir e reconstruir de novo, ampliar, reciclar ou readaptar que caracterizam a história das sociedades e que aqui se exibiam evidentes.

Ao mesmo tempo, sabendo da insuficiência do trabalho arqueológico, para apreender a dinâmica do processo da história urbana no tempo longo, convocou-se para este estudo a leitura e análise das formas parcelares da cidade de Beja.

6. Consideramos como mais relevante durante este período a resistência que fizemos à tentativa de transformar os trabalhos arqueológicos em trabalhos de Categoria C e, conseqüentemente, ao impedimento de uma escavação programada. Encontrámos num projecto da FCT os meios para continuar os trabalhos que tinham sido inscritos num PNTA aprovado e que o IPA ignorou existir nos seus dois últimos anos.



4. Foto do templo e tanque em volta.

A observação baseada nos dados arqueológicos revelados numa parca superfície, enxameada por fossas céticas que desde o período muçulmano perfuraram o terreno, permite inferir, em termos de dinâmica de evolução e desenvolvimento da cidade ao longo dos tempos, a importância da cidade romana e muçulmana, forte e atractiva em todo o período medieval e até ao reinado de D. Manuel (que foi Infante de Beja e em cujo tempo se observam alterações acentuadas ao nível dos percursos e das construções particulares) e, daí para a frente, um acentuado enfraquecimento do carácter cosmopolita que pelos materiais se adivinha ter caracterizado a cidade desde os tempos muito anteriores aos romanos, percurso que nem mesmo as múltiplas intervenções que no fim do século XVIII e XIX, se operam na malha urbana e se observam nos edifícios construídos, parecem ter travado.

Esta apreciação genérica explicita a dificuldade da arqueologia em se libertar das periodizações históricas e de pontos por ela marcados para abordar o conhecimento do processo de construção da cidade. O acesso ao conhecimento dos elementos fortes de organização morfológica do espaço urbano, o reconhecimento das dinâmicas e a compreensão dos processos, independentemente de qualquer cronologia ou facto histórico implicam a construção de um diálogo com a arqueogeografia, a qual possui as ferramentas pertinentes de análise das formas.

Arqueologia das Cidades de Beja, perspectiva o trabalho arqueológico invocando os princípios consagrados pela UNESCO, relativos às Historic Urban Landscapes (HUL), instituídos no Memorandum de Vienne, datado de 2005 e na Carta de Hanoi de 2009. As HUL, de que Beja pode ser um exemplo paradigmático, definem-se e caracterizam-se por múltiplos e diversos elementos em que, para além da morfologia e/ou cronologia dos edifícios, se particularizam aqueles elementos que permitem apreender o espírito dos lugares (*genius loci*) e os que fazem apelo à integração de elementos de natureza imaterial, simbólica (social, artística, histórica, morfológica, etc.) assumindo-se como decisivos para abordar as questões da identidade da cidade e os modos de vida das comunidades locais.

A paisagem urbana é o espaço maior da história das comunidades e no que ela tem de edificado, será observada de acordo com o conceito de *fábrica urbana*.⁷ Desenvolvido em geografia, este processo designa a interação permanente e dialética entre a estrutura do espaço urbano e as diversas formas da actividade social. *Fábrica urbana* é um processo que corresponde à

vontade de explicar a urbanização de outro modo que não seja o de focalizar-se num projecto ou em projectos pontuais de planeamento e de urbanismo, remetendo directamente para a natureza impensada do desenvolvimento plurissecular da cidade, saído das práticas quotidianas, das representações do cidadão e das instituições e não de diligências voluntaristas e conscientes. A noção de *fábrica urbana* tem um potencial de pertinência e adequação para explorar uma relação dialética de longa duração entre as actividades sociais e o espaço urbano, apreendido não como um reflexo estrito da sociedade, mas como resultado de uma acumulação; corresponde, portanto, ao nosso objectivo de analisar a relação entre os projectos dos habitantes e o espaço urbano na longa duração.

O alargamento do espaço de escavação, afortunadamente proporcionado pelo infortúnio que foi um incêndio de parte do edifício dos serviços técnicos da Câmara Municipal de Beja, criou condições para aliviar o projecto do espaço constrangido em que se realizava e alargar o campo de indagação de acordo com os princípios pronunciados.

Ao mesmo tempo, o envolvimento da autarquia, que ao integrar no projecto de reconfiguração do espaço ardido a requalificação de edifícios confinantes e os exumados no projecto *Arqueologia das cidades de Beja*, possibilitou concretizar a dimensão de entrega à comunidade do seu património para que dele beneficie em termos de conhecimento, de desenvolvimento e de criação de melhores condições de vida.

Centrado num rectângulo definido pelos edifícios do lado oeste da Praça da República, (incluindo o interior dos edifícios da Liga dos Combatentes, da antiga Tipografia do Diário do Alentejo e do Edifício dos Serviços Técnicos), pelas traseiras dos edifícios das ruas dos Prazeres e Escudeiros e pela rua Moeda (fig. 2), o projecto evoluiu de acordo com os objectivos definidos articulando-se com a construção nova, no quadro do projecto municipal Museu Vivo, que a autarquia desenhara para o local e que prevê a construção de um edifício sustentável, a requalificação de edifícios actuais mas assentes em estruturas antigas, sobretudo romanas, e a escavação total do espaço para que se integrem os vestígios arqueológicos num diálogo de continuidade de construção da cidade.

Quando, na década de quarenta do século XX, Abel Viana registou "o ângulo noroeste de um poderoso alicerce (Viana, 1942, p. 199), apoiado em maciço de rocha, que se assemelha "a uma forte muralha rectangular cuja grossura mede nos topos 4,75 m e nos lados 2,20 m, sendo a superfície calcetada por pequenas pedras embutidas no característico cimento romano, formando um piso" (Viana, 1947, p. 80) e "a camada

7. Formalizado em francês — *fabrique urbaine*—, a partir da designação correntemente utilizada por arqueólogos ingleses de *Urban fabric*.

mais baixa do alicerce, um bocado reentrante, (...) é formada por alvenaria grossa, bem argamassada (*opus incertum*); de certa altura para cima a alvenaria desaparece por baixo de camadas escalonadas de cimento compacto (*opus signinum*), formando como que grossas placas sobrepostas moldadas sucessivamente em armações de grandes pranchas, tal como se procede hoje nas construções de taipa” (Viana, 1947, p. 77), não se terá preocupado em registar o restante que viu nos seis metros de profundidade em que escavou. Era “esta estrutura apenas parcialmente posta a descoberto, e desde o seu ângulo noroeste “em uma extensão de nove (9) metros, por 4 a 4 metros e meio de altura”, que lhe permitia comprovar a existência de uma importante cidade romana onde “Atendendo à forma e grandezza desta obra, [suponha] poder-se considerá-la como sendo o fundamento (soco ou alicerce propriamente dito, e o dado do envasamento) de um grande edifício, que a ser um templo, como presumo, teria as dimensões idênticas ao de Évora” (Viana, 1947, p. 80). Não se enganou na identificação: trata-se, de facto, de um templo com 32,40 de comprimento e 16,20 de largura. Sem dúvidas o templo do fórum da cidade de *Pax Iulia*. Dada a raridade deste tipo de edifícios, e na altura o desconhecimento desta tipologia, não soube Abel Viana associar as “pranchas de *opus signinum*” a um tanque com 4 metros de largura que rodeia esse templo a toda a volta, excepto no lado da frente (fig. 2 e 4, E 1/99)⁸. Do *podium* onde se levantavam as colunas e a sela que albergava a divindade nada resta. Foi desmantelado, certamente antes do final do século XV, pois que nessa data um telhado abatia-se sobre as loiças que um negociante, de nome desconhecido, guardava acomodadas no interior oco do alicerce do templo. O interior do templo era nesse tempo cave. As paredes, de 2,5 m de

8. Embora haja alguns templos com estruturas de água associadas, é em Évora que se conhece uma reprodução exacta. De acordo com as indicações de Hauschild o templo de Beja parece ser, apenas ligeiramente, anterior ao de Évora.

largura, construídas em forte *opus caementitium*, definiam uma robusta caixa rectangular onde, além das loiças arremadas à espera de saírem para venda, se armazenaram víveres, em silos para o efeito construídos (fig. 5).

Durante a época moderna esta prática e acolhedora estrutura foi sendo dividida e utilizado para fins nem sempre identificados, dado o remeximento que as sucessivas ocupações provocaram nos sedimentos. As paredes com que se construíram as paredes não revelam nenhum dos silhares que terão dado forma ao revestimento do *podium*. É normal que assim seja, pois tudo aponta para que estes tivessem sido levados para dar corpo a obras emblemáticas, como Igreja de Santa Maria, e forma às portas góticas que davam acesso a casas particulares, como aconteceu naquela porta que poderá ter sido a casa do vendedor de louça, ainda visível no interior da antiga Tipografia do Diário do Alentejo.

No século XIX já o interior do templo servia de lixeira e os seus fortes alicerces usaram-se então para assentar paredes e pilastras de edifícios de dois pisos construídos durante esse século e o seguinte.

Quando foi construído este templo, um aterro de cerca de 2 metros, feito em grande parte com as terras retiradas da escavação para lançar os seus alicerces, numa óbvia economia de esforço, elevou a topografia da cidade. As construções anteriores foram funcionalmente desmanteladas pela nova construção e parcialmente aterradas.

Foi isso que aconteceu àquela estrutura que à superfície apresenta o aspecto de uma calçada de pedras miúdas ligadas por argamassa, e em corte se verifica ser uma compacta e sólida estrutura de pedras ligadas por uma argamassa argilosa muito dura e compacta, com 3 metros de altura (E5).

Esta estrutura, cujos restos permitem dimensionar o seu comprimento N/S em 20,30 m e a largura em 13,90 m tem condições estruturais para ser um templo.

O mesmo aconteceu com outra estrutura orientada N/S cujo lado norte mede de largura 15,25 m, as paredes



5. Templo como cave.

externas 1,20 m de largura e as internas, de separação dos compartimentos rectangulares, de 60 cm de largura. Esta estrutura, construída solidariamente com blocos de pedra de pequena e média dimensão, travadas por pedra miúda nos intervalos, sem qualquer argamassa prolonga-se sob o tanque do templo e está, também em grande parte coberta por um grande bloco de secção rectangular, de opus *caementitium* construído de pedra miúda ligada com argamassa de cal. Preservada no lado Este em 2, 80 metros, foi bastante destruída por construções medievais e modernas mas, os materiais recolhidos na construção dos seus alicerces reporta a sua origem ao período pré-romano. O interesse deste edifício pré-romano acentua-se pelo facto de ele ter coexistido com o anteriormente descrito (E5). Correndo paralelamente a ele, separados 1 m, preservava, quando o aterro que se fez em tempo de Tibério para construir o templo cobriu os dois edifícios, uma parede mais alta que o edifício romano. É evidente que as construções romanas do início do último quartel do século I a.C. se ajustaram nas estruturas anteriores e funcionaram em conjunto. Não fora o facto de se tratar de edifícios que nos remetem para um espaço importante da cidade e no caso do edifício romano para um templo, estaríamos perante um caso de repetição vulgarizada, de coexistência de edifícios de período diverso. Mas, o carácter dos edifícios, a sua datação e as dúvidas nunca resolvidas, colocadas pelo facto de Estrabão a denominar de *Pax Augusta*

(Estrabão, III, 2, 15) e Ptolomeu *Pax Iulia* (Ptolomeu, II, 4) e a hipótese nunca provada nem descartada de que a referência de estrabão às “cidades mistas agora colonizadas, como *Pax Iulia* entre os *celtici...*” se deve entender como a coexistência de duas comunidades, dá à situação um carácter muito particular.

Carácter ampliado, se se invocar a inscrição onde tem sido lido que C. Iulios terá presidido a uma assembleia de colonos e a uma assembleia de indígenas sem plena cidadania (CIL II 52).⁹

Ambas as estruturas surgem limitadas a norte por uma parede porticada (E4), a qual, certamente, fechava um recinto nesse lado, o que reflete bem a intenção de acolher os dois edifícios num recinto nobre.

Exceptuando a imposição que o templo romano e seu tanque impuseram ao edificado anterior, é possível observar que as estruturas de todos os tempos se preenchem e completam umas com as outras e se usam em todos os tempos, numa lógica de usufruto do espaço submetida ao máximo préstimo.

Neste contexto, *Arqueologia das Cidades de Beja* é um projecto que se posiciona para perceber o processo de construção da actual cidade de Beja e de lhe aportar um património que é, sobretudo, conhecimento valorizador e cooperante na construção de melhores condições de vida (fig. 6).

9. Sobre esta questão, cf. Alarcão, 1999, p. 45-50. O texto da inscrição C. Iulius, duunvir bis, praefectus fabrum [...] utrique sen[atus].



6. Aspectos do projecto Museu Vivo.

